

Marx e a teoria do dinheiro como mercadoria: fundamentos lógicos*

CLAUS GERMER**

A teoria do dinheiro de Marx converteu-se em tema de crescente debate nos últimos anos. Um ponto decisivo na discussão refere-se à natureza física do dinheiro: isto é, se o dinheiro nessa teoria deve, ou não, ser uma mercadoria. Um número significativo de autores marxistas contemporâneos defende o ponto de vista de que a teoria de Marx é compatível com formas do dinheiro que não sejam mercadorias (Lipietz, 1983; Foley, 1986; Reuten, 1988). Entretanto, é essencial notar que esses autores não foram capazes de demonstrar a sua opinião com base em evidências textuais da obra de Marx.

Este artigo tem dois objetivos. Na primeira parte – mais sucinta porque utiliza conceitos mais conhecidos – procuro demonstrar que Marx define o dinheiro inequivocamente como uma mercadoria e que mantém essa definição na sua análise do capitalismo avançado. Na segunda parte procuro esclarecer a base teórica por ele elaborada, a fim de demonstrar que, do ponto de vista da lógica interna do seu arcabouço teórico, o dinheiro deve ser necessariamente uma mercadoria. Com

* Texto original: The commodity nature of money in Marx's theory. In: Moseley, F. (org.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Palgrave Macmillan, 2005, cap. 1, p.21-35. Traduzido pelo próprio autor, publicado com permissão da Palgrave Macmillan. A bibliografia em inglês foi substituída pela brasileira, sempre que disponível. As citações das obras de Marx e Engels foram substituídas pelas traduções disponíveis, confrontadas, porém, com os originais em alemão, a critério do autor. O presente artigo constitui uma versão ampliada daquele publicado na *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n.11, 2002, p.5-27, sob o título "O caráter de mercadoria do dinheiro segundo Marx – uma polêmica".

** Professor associado IV do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

esse objetivo baseio-me principalmente nas obras do próprio Marx, por meio da apresentação da estrutura lógica da sua teoria, indicando a localização, na sua obra, das passagens necessárias à minha demonstração. As numerosas citações literais da obra de Marx justificam-se pela necessidade de não deixar lugar a dúvidas em relação à minha interpretação. Também procuro mostrar que se deve prestar atenção não apenas ao que Marx diz sobre o tema, mas também ao que não diz, o que se revela decisivo. Isso é essencial porque se pode, desse modo, avaliar o significado da completa ausência de qualquer referência de Marx à hipótese de que o dinheiro deva, em algum momento, converter-se em não mercadoria. Finalmente, o objetivo do artigo é fornecer uma exposição clara daquilo em que consiste a teoria do dinheiro de Marx, e não uma discussão sobre a medida que a sua teoria é a que reflete a realidade com maior precisão.

Marx define o dinheiro, o equivalente geral de valor, como uma mercadoria

De acordo com Marx (1983, p.46 e p.59-60), o valor de troca de uma mercadoria é simplesmente a proporção em que valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo. A forma do valor – “cuja figura acabada é a forma do dinheiro” – é o nome teórico do valor de troca quando o equivalente geral, ou o dinheiro, já está presente¹ (Marx, 1983, p.53; 1881), o que significa que o dinheiro é também um valor de uso (isto é, uma mercadoria). Com efeito, as três peculiaridades do equivalente geral, expostas por Marx (1981, p.37-39; 1983, p.59-61), inequivocamente o definem como uma mercadoria: “a primeira peculiaridade [...] é esta: o valor de uso torna-se a forma de manifestação de seu contrário, do valor”; “uma segunda peculiaridade [...] é que trabalho concreto se converte na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato”; “uma terceira peculiaridade [...] é que trabalho privado se converte na forma de seu contrário, trabalho em forma diretamente social”. Ora, essas três peculiaridades do equivalente geral, que é o dinheiro, são as propriedades possuídas pelas mercadorias, o que significa – novamente – que o dinheiro é uma mercadoria. Há ampla evidência textual corroborando que se trata da definição consistente do dinheiro, de Marx, que pode ser sumariamente exemplificada pelas seguintes passagens:

o dinheiro [...], a mercadoria universal, tem ele próprio de existir como *mercadoria particular* ao lado das outras [...]. (Marx, 1976a, p.97; 2011, p.112)

a forma de equivalente geral se fundiu com a *forma natural de uma espécie particular de mercadoria* ou cristalizou-se na forma dinheiro. [...] As mercadorias

¹ Marx salienta a simplicidade da definição: “A forma do valor, cuja figura acabada é a forma do dinheiro, é muito simples e vazia de conteúdo” (Marx, 1983, p.11, grifo nosso). Consulte-se a Seção “A medida de valor deve possuir valor” deste artigo.

encontram, sem nenhuma colaboração delas, sua própria figura de valor pronta, como um *corpo de mercadoria* existente fora e ao lado delas. (Marx, 1867b, p.70; 1983, p.84-85, grifos nossos)

Assim, a condição essencial da forma equivalente consiste em ser uma mercadoria, e, portanto, esse papel pode “ser assumido por qualquer mercadoria”; no entanto, após um longo desenvolvimento, “essa posição privilegiada foi conquistada, historicamente, por uma mercadoria específica, o ouro” (Marx, 1981, p.49; 1983, p.69; 2011, p.120). Portanto, dinheiro, na forma do ouro, é a mercadoria especial por meio da qual as mercadorias comuns expressam seus valores, em relações do tipo “x mercadoria A=y mercadoria-dinheiro”, a expressão da forma simples de valor que é, segundo Marx (1983, p.69), “o germe da forma dinheiro”, exemplificado na forma-preço do linho: 20 metros de linho=2 onças de ouro.

A opinião de que o dinheiro, o equivalente geral de valor, na teoria de Marx, também possa ser algo que não seja uma mercadoria, ou de que, depois de ter surgido como uma mercadoria, possa evoluir para formas de não mercadorias (Foley, 1986, p.20; Lapavitsas, 1991), choca-se com a completa ausência de qualquer menção, na obra de Marx, que indique ser essa a sua posição.² Caso Marx tivesse concebido uma tal evolução, teria sido obrigado – seguindo o seu habitual rigor – a explicitar as suas fases, bem como as condições que justificariam a transição de uma fase para a seguinte; não há, no entanto, nenhuma referência a um desenvolvimento desse tipo em toda a sua obra.³ A única demonstração da natureza do dinheiro que se pode encontrar em Marx claramente lhe atribui o caráter material de uma mercadoria. Ele, no entanto, explicitamente menciona a evolução histórica dos tipos de mercadorias que desempenharam a função de equivalente, na direção de mercadorias – sempre apenas mercadorias –, com características físicas e químicas cada vez mais compatíveis com a função de equivalente de valor, função essa que finalmente fixou-se nos metais preciosos – o “último” ou “máximo” grau de adequação à função – e, entre estes, naquele que apresenta essas características no mais alto grau, o ouro (Marx, 1983, p.82; 2011, p.113 e p.173-174). Quando o capitalismo começa a desenvolver-se, ele “apodera-se [...] da circulação metálica como um órgão transmitido já pronto” (Marx, 1974, p.236; Lapavitsas, 1991).

2 Para avaliações opostas, consulte-se Reuten (1988, p.127) e Saad-Filho (1997). Reuten e Williams (1989, p.65-66), embora reconhecendo que sua “conceituação do dinheiro diverge da [...] do próprio Marx”, ainda assim afirmam que “em Marx (1867) há também ampla evidência de uma linha de argumento da teoria da forma do valor”, mas não apresentam tal evidência!

3 Frequentemente argumenta-se que o papel-moeda e o dinheiro de crédito são formas evolutivas do dinheiro, em oposição ao dinheiro-mercadoria. No entanto, na teoria de Marx (1983, cap.3), eles são consistentemente concebidos não como formas de dinheiro, mas como instrumentos de circulação derivados do dinheiro, que o representam apenas nas funções de meio de circulação e de pagamento.

Com efeito, Marx mantém a sua concepção do dinheiro como mercadoria – e do ouro como sua forma evolutiva final – ao longo de toda a sua obra, mesmo após a análise do complexo sistema de crédito do capitalismo, na Seção 5, Volume 3 de *O capital* (Marx, 1984b). Não há nenhuma indicação de que ele possa ter considerado as formas de dinheiro de crédito – notas de banco e depósitos – como formas mais desenvolvidas do dinheiro em si, isto é, do equivalente geral. Ao avaliar a sua teoria do valor e do dinheiro em um dos seus últimos escritos, menos de três anos antes de sua morte, ele mantém o seu conceito do dinheiro como uma mercadoria na sua instância final: “no desenvolvimento da *forma de valor da mercadoria*, em última instância sua forma-dinheiro, e, portanto, do *dinheiro*, o valor de uma mercadoria se manifesta no *valor de uso* da outra mercadoria, ou seja, na forma natural da outra mercadoria” (Marx, 1881).

Por último, o fato de que o trabalho social – ou valor – deve ser representado em uma mercadoria, o dinheiro, é para Marx uma das contradições intrínsecas ao capitalismo, da qual os capitalistas são incapazes de libertar-se, não obstante seus contínuos esforços para fazê-lo. Essa opinião de Marx pode ser ilustrada pelas seguintes passagens de *O capital*, Volume 3, Parte 5:

com o desenvolvimento do sistema de crédito, a produção capitalista procura constantemente superar essa *barreira metálica* [o dinheiro], esse limite ao mesmo tempo *material* e fantástico da riqueza e de seu movimento, mas acaba sempre quebrando a cabeça contra esse obstáculo. (Marx, 1985, p.93)

Mas nunca se deve esquecer [...] que o *dinheiro – na forma dos metais preciosos* [ouro ou prata, conforme o país, na época de Marx] – constitui a base da qual o sistema de crédito, pela sua própria natureza, *nunca pode se desprender*. (Marx, 1985, p.116)

O sistema bancário mostra, [...] mediante a substituição do dinheiro por diversas formas de crédito circulante, que o dinheiro [...] nada mais é que uma expressão particular do caráter social do trabalho e de seus produtos, mas que, em antítese à base da produção privada, *sempre tem de apresentar-se, em última instância, como uma coisa, uma mercadoria particular ao lado de outras mercadorias*. (Marx, 1985, p.117, grifos nossos)

As bases teóricas do dinheiro-mercadoria, segundo Marx

A medida de valor deve possuir valor

Até este ponto demonstramos – textualmente – que, na teoria de Marx, o dinheiro no capitalismo deve ser uma mercadoria – e nada mais que uma mercadoria – que, na função de equivalente geral de valor, fornece o meio pelo qual todas as mercadorias comuns representam seus valores em uma forma material geral

separada de seus valores de uso particulares ou formas naturais de valor (Marx, 1970, cap.1). Agora é necessário mostrar o motivo teórico pelo qual, segundo Marx, o dinheiro deve ser uma mercadoria, ou seja, deve-se demonstrar que somente sendo uma mercadoria pode o dinheiro refletir os valores das mercadorias com base no tempo de trabalho. Há duas maneiras de demonstrá-lo, sendo uma delas meramente técnica, baseada no conceito de medida, e a outra teórica, fundada no conceito de trabalho social. A primeira baseia-se no argumento teoricamente correto de Marx, ilustrado por uma analogia entre a medida do valor das mercadorias e a medida do peso dos corpos.⁴ Assim como o peso de um corpo qualquer só pode ser medido colocando-o em relação ao de um determinado corpo tomado como equivalente de peso,⁵ a medida de valor requer um padrão de medida que também tenha valor (um equivalente de valor), que é uma característica possuída somente por mercadorias. Com efeito, pesar objetos ou medir o valor consiste precisamente em relacionar dois corpos/mercadorias que possuam peso ou valor, respectivamente, um dos quais funciona como padrão (de peso ou de valor, respectivamente). Os padrões de peso e de valor são ambas quantidades arbitrárias de um corpo e da mercadoria dinheiro, respectivamente. No caso do valor, denominando v a quantidade da mercadoria que é tomada como padrão, o valor de uma mercadoria qualquer contendo x vezes v será $xv/v=x$. Como relação, é apenas um número que expressa a quantidade de padrões de valor contida no objeto medido.⁶ Se a libra esterlina correspondesse a dez gramas de ouro, segue-se que dizer que uma mercadoria “vale” cinco libras significa simplesmente que ela contém cinco vezes o montante de valor contido em dez gramas da mercadoria-padrão, o ouro; em outras palavras, o valor é expresso em uma simples quantidade de uma coisa,⁷ sem necessidade de se conhecer a natureza intrínseca do valor, que só pode ser determinada por meio de pesquisa. É tão desnecessário que os agentes da troca tenham consciência do fato de que os preços representam trabalho abstrato, quanto

4 Essa analogia não é invalidada pelo fato de que o primeiro é um processo natural e tangível, enquanto o segundo é social e não visível a olho nu (Marx, 1983, p.60-61).

5 “Se ambas as coisas não fossem pesadas, não poderiam entrar nessa relação, e um não poderia servir, portanto, de expressão do peso do outro” (Marx, 1981, p.38; 1983, p.60).

6 “Quantidades de produto determinadas, verificadas pela experiência, representam agora nada mais que determinadas quantidades de trabalho, determinada massa de tempo de trabalho solidificado” (Marx, 1981, p.160; 1983, p.157).

7 “Tão logo, porém, a espécie de mercadoria casaco assume na expressão de valor o lugar de equivalente, sua grandeza de valor não adquire nenhuma expressão como grandeza de valor. Ela figura na equação de valor muito mais apenas como determinado *quantum* de uma coisa” (Marx, 1981, p.37; 1983, p.59); “Na função do dinheiro como medida todas as mercadorias são reduzidas, em primeiro lugar, a apenas diferentes quantias da mercadoria que funciona como medida” (Marx, 1980a, p.41); “Em geral, a mercadoria na qual é expresso o valor de troca de outra jamais é expressa como valor de troca, jamais como relação, mas como *quantum* determinado em sua constituição natural. [...] O mesmo sucede com o dinheiro como medida, como a unidade na qual os valores de troca das outras mercadorias são medidos. É um peso determinado da substância natural na qual é representado, [por exemplo] ouro, prata etc.” (Marx, 1976a, p.134; 2011, p.152)

que o comerciante conheça a teoria da gravidade para pesar as mercadorias que vende (Marx, 1983, p.71-73).

A regulação social do trabalho em uma economia mercantil exige que o dinheiro seja uma mercadoria

A troca deve ser baseada na igualdade dos tempos de trabalho sociais

A demonstração da necessidade teórica ou lógica de que o dinheiro seja uma mercadoria será feita em duas etapas. A primeira baseia-se na exposição da lógica interna da economia de mercado e do conceito geral de trabalho social como base da vida social, inicialmente proposta por Marx e Engels (1978, cap.1) em *A ideologia alemã* e posteriormente desenvolvida nos *Grundrisse* (Marx, 2011, Parte 1). Podemos resumir-la da seguinte maneira: a base da vida social é o trabalho social, entendido como um organismo complexo composto por diferentes formas de trabalho concreto que se interconectam por meio da estrutura da divisão social do trabalho, de tal modo que cada produtor fornece um ou vários produtos para o coletivo social, do qual recebe, em troca, aquilo de que necessita. Esse organismo social de trabalho é uma entidade objetiva, composta por uma quantidade definida de tempo de trabalho,⁸ que constitui o potencial produtivo de uma sociedade e que tem que ser distribuída entre os ramos existentes da produção de acordo com a composição das necessidades sociais.⁹ Nessas condições, a reprodução de qualquer sociedade determinada depende crucialmente da existência de um mecanismo definido por meio do qual o trabalho social e seus produtos são distribuídos entre os seus membros.¹⁰

Nas sociedades não mercantis esse mecanismo é explícito e consiste em um plano social de produção elaborado por uma autoridade conhecida (Marx, 2011, p.118-120; 1983, p.279-281). Em economias de mercado, ao contrário, não pode haver plano social, uma vez que este é incompatível com a independência dos produtores, e não pode haver também, conseqüentemente, uma autoridade responsável por tal função. No entanto, um mecanismo idêntico deve necessariamente existir, mas de natureza tal que permanece despercebido pelos agentes da troca, somente podendo ser descoberto pela pesquisa, que o identifica como resultado não planejado do confronto caótico das iniciativas independentes dos agentes atrás

8 "Se, por exemplo, o número de trabalhadores é de 1 milhão e a jornada de trabalho média de um trabalhador é de 10 horas, a jornada de trabalho social será de 10 milhões de horas" (Marx, 1981, p.271; 1983, p.242).

9 "[...] as massas de produtos correspondentes às diferentes necessidades requerem massas diferentes e quantitativamente determinadas do trabalho total da sociedade. É auto-evidente que essa necessidade da distribuição do trabalho social em proporções determinadas não pode em absoluto ser suprimida por uma *forma particular* da produção social, mas só o *modo em que se manifesta* pode ser alterado" (Marx; Engels, 1974, p.180, carta de 11 de julho de 1868).

10 "[N]enhuma forma de sociedade pode impedir [...] que a sua produção seja regulada pelo tempo de trabalho efetivamente existente" (Marx; Engels 1974, p.153-154, carta de 8 de janeiro de 1868).

dos quais se oculta (Marx, 1983, p.95-96).¹¹ Esse mecanismo é a lei do valor,¹² por meio da qual a teoria revela o fato de que as trocas baseiam-se na equivalência dos valores, que implica a equivalência entre os tempos de trabalho social contidos nas mercadorias trocadas (Marx, 1983, p.32). Mas o fato de que a lei do valor, expressa na “forma-dinheiro do mundo das mercadorias” e na contínua flutuação de preços, é o mecanismo pelo qual o trabalho social é continuamente distribuído e redistribuído permanece oculto para os indivíduos, dado que é a origem da natureza misteriosa do processo (Marx, 1983, p.33). Essa é a tese de Marx, “mantida por um amplo espectro de escritores desde o ‘hegeliano’ I. I. Rubin até o ‘anti-hegeliano’ Althusser” (Elson, 1979, p.124). No entanto, a forma prática pela qual a lei se impõe não é examinada, sendo esse talvez o motivo da rejeição da tese de Marx de que o dinheiro deve necessariamente ser uma mercadoria, pois mostra que não se compreendeu que o mecanismo da distribuição do trabalho social e de seus produtos numa economia de mercado depende crucialmente dessa condição.¹³ A demonstração dessa questão por Marx expõe-se a seguir.

É necessário, em primeiro lugar, demonstrar que as trocas devem basear-se na equivalência ou igualação dos tempos de trabalho contidos nas mercadorias trocadas. Supondo que em determinada economia de mercado a subsistência de cada um dos seus membros requer, em média, mercadorias resultantes de dez horas de trabalho social, segue-se que a sociedade deve fornecer a cada um dos seus membros os meios de subsistência de que necessita e que custam à sociedade dez horas do trabalho de que dispõe. Desde que cada um trabalhe para todos e todos trabalhem para cada um, esse sistema significa que cada produtor deve trabalhar uma média de dez horas por dia para fornecer o produto resultante para a sociedade,¹⁴ que deve retornar a cada um, em troca, o conjunto de meios necessários para sua

11 “[...] na medida que essa regulação não é realizada por meio do controle direto e consciente da sociedade sobre seu tempo de trabalho – que somente é possível mediante a propriedade social – [a regulação será realizada] por meio da flutuação dos preços das mercadorias” (Marx; Engels, 1974, p.154, carta de 8 de janeiro de 1868).

12 “[...] a lei do valor das mercadorias determina quanto de todo o tempo de trabalho disponível a sociedade pode despendar para produzir cada espécie particular de mercadoria” (Marx, 1981, p.317; 1983, p.280); “E a forma em que essa distribuição proporcional de trabalho se impõe, em um estado social no qual a interligação do trabalho social manifesta-se na *troca privada* dos produtos individuais do trabalho, [esta forma] é precisamente o *valor de troca* desses produtos” (Marx; Engels, 1974, p.180, carta de 11 de julho de 1868).

13 Rubin (1928) pode ser tomado como ilustrativo da posição de diversos autores marxistas sobre o assunto. Em seu livro, ele salienta apropriadamente o problema da divisão social do trabalho, mas não tenta descrever a maneira prática pela qual o dinheiro faz a mediação da distribuição do trabalho social (coisa que ele deveria ter feito, uma vez que não é óbvio). Lipietz (1983) ilustra a posição oposta, porque eleva o dinheiro de crédito à condição de equivalente geral sem abordar o problema da distribuição do trabalho social. Mesmo Brunhoff (1976) deixou de abordá-lo em sua análise, em outros aspectos perspicaz. Para uma defesa da compatibilidade do dinheiro de crédito com o dinheiro-mercadoria, consulte-se Germer (1997).

14 Se um produtor trabalhasse menos de dez horas, a média social seria inferior a dez horas e a reprodução social ocorreria a um nível abaixo do normal.

subsistência,¹⁵ que é também o resultado de dez horas de trabalho social.¹⁶ Uma vez que esse processo ocorre por meio das trocas, é imediatamente evidente que cada produtor deve realizar uma troca entre duas quantidades de mercadorias, ambas as quais correspondem em média a dez horas de trabalho socialmente necessário de cada lado: ou seja, a troca deve basear-se na igualação dos tempos de trabalho.¹⁷ Esse simples exemplo demonstra que, teoricamente, a economia de mercado só poderia estar em equilíbrio – entendido como a igualdade da oferta e da demanda para todas as mercadorias – se em todas as trocas os tempos de trabalho contidos nas mercadorias fossem iguais. É evidente que essa igualdade só pode ser encarada como uma tendência nunca realizada, já que em uma economia de mercado “o que a razão exige e o que é necessário por natureza afirma-se apenas como uma média que opera cegamente” (Marx; Engels, 1974, p.181, carta de 11 de julho de 1868). Marx (1983, p.141-143) ilustra sua exposição do conceito do valor da força de trabalho com um exemplo idêntico, supondo que a satisfação das necessidades diárias de um trabalhador requer mercadorias produzidas em uma média de seis horas de trabalho. Consequentemente, cada produtor deve trocar o produto de seis horas de trabalho diário pelos bens de consumo necessários à sua subsistência diária.¹⁸ Nesse caso é o capitalista que realiza a troca, recebendo pela venda do produto de seis horas de trabalho do seu assalariado o correspondente em dinheiro, com o qual o trabalhador obtém da sociedade os meios necessários ao seu consumo diário, produzidos também em uma soma de seis horas de trabalho. Desse modo o trabalhador assalariado realiza, por intermédio do seu empregador, a mesma troca de iguais tempos de trabalho com a sociedade.

15 Neste exemplo, abstrai-se o capital, o que não afeta o problema analisado, conforme ilustrado pelo próprio Marx: “supondo que os produtores sejam todos proprietários independentes de seus meios de produção, ocorre, portanto, circulação entre os próprios produtores diretos. [...] poder-se-ia dividir seu mais-produto anual, por analogia com o regime capitalista, em duas partes: [...] [a parte] (a) representa então o capital variável, [e a parte] (b) a mais-valia” (Marx, 1976b, p.307; 1984a, p.243-244).

16 “[...] à medida que a sociedade quer satisfazer necessidades, e com esse objetivo quer que seja produzido um artigo, tem de pagar por ele. De fato, como na produção de mercadorias está pressuposta a divisão do trabalho, a sociedade compra esses artigos empregando na sua produção parte do seu tempo de trabalho disponível, compra-os, portanto, com determinado quantum do tempo de trabalho de que essa dada sociedade pode dispor. A parte da sociedade à qual cabe, pela divisão do trabalho, empregar seu trabalho na produção desses determinados artigos, tem de receber um equivalente em trabalho social, representado nos artigos que satisfazem a suas necessidades” (Marx, 1980b, p.177; 1984b, p.144).

17 A mediação pelo dinheiro não afeta essa lógica, uma vez que o “conteúdo material” de M-D-M é “M-M, troca de mercadoria por mercadoria, metabolismo do trabalho social” (Marx, 1983, p.95).

18 “Produzindo num contexto que se baseia na divisão social de trabalho, ele [o trabalhador assalariado] não produz seus meios de subsistência diretamente, mas sob a forma de uma mercadoria particular, fio, por exemplo, um valor igual ao valor de seus meios de subsistência, ou ao dinheiro com o qual os compra. [...] Se o valor de seus meios diários de subsistência representa em média seis horas de trabalho objetivado, o trabalhador necessita trabalhar em média seis horas por dia para produzi-lo” (Marx, 1981, p.183; 1983, p.176).

No entanto, a troca não se baseia no cálculo dos tempos de trabalho. Também não ocorre por meio da troca de dois conjuntos de mercadorias em bloco – as que os produtores produzem e as que necessitam para sua subsistência –, mas por uma série de pequenas trocas (Marx, 2011, p.146). A soma destas últimas não resultaria em uma equivalência geral se as trocas fossem sempre realizadas em pares de mercadorias isoladas, uma vez que seria impossível relacionar os termos de cada troca com a equivalência global de dez horas referentes ao nosso primeiro exemplo.

Por outro lado, cada mercadoria é produzida por vários produtores, em condições técnicas individuais que se desviam da média em maior ou menor medida. Assim, o produto de dez horas diárias de trabalho e o tempo de trabalho individual por unidade de produto de cada produtor dificilmente coincidiriam, respectivamente, com a produção média de dez horas diárias no interior do seu ramo de produção e com o tempo de trabalho social por unidade. Do mesmo modo, o tempo de trabalho total efetivamente aplicado no setor de produção dessa mercadoria só por coincidência corresponderia ao tempo de trabalho social total que a sociedade atribui à sua produção. Segue-se que a troca direta entre dois produtores geralmente representaria o intercâmbio de diferentes quantidades de trabalho social, e não haveria nenhum mecanismo para ajustar o tempo de trabalho individual ao tempo de trabalho socialmente necessário. Essas dificuldades só poderiam ser resolvidas, à primeira vista, se houvesse um método e uma agência social encarregados de determinar o tempo médio de trabalho social contido em cada mercadoria, de tal forma que cada produtor recebesse, por qualquer fração do produto de dez horas de seu trabalho, convertido em trabalho social, um montante de qualquer outro produto contendo a mesma quantidade de trabalho social e, pelo seu produto total diário de dez horas, a soma dos produtos de que precisa, que incorporaria a mesma quantidade de trabalho social. Mas tais método e agência não podem existir numa economia de mercado, como já foi mencionado.

No entanto, uma vez que as mercadorias devem ser trocadas com base na igualação dos tempos de trabalho social que contêm e como os tempos individuais de trabalho divergem dos tempos de trabalho social, deve necessariamente haver algum meio no qual o trabalho social, que as mercadorias trocadas representam, possa ser expresso antes que a troca ocorra (Marx, 2011, p.117-121). Em outras palavras, as mercadorias devem ser convertidas em expressões do trabalho social, ou seja, em algo que represente a quantidade média de trabalho que a sociedade atribui à sua produção, que pode ser maior ou menor do que o tempo realmente gasto pelos produtores das mercadorias trocadas. Essa conversão proporcionaria aos produtores um indicador indireto do seu grau de desvio das condições sociais médias da produção de suas mercadorias e de possíveis necessidades de ajuste. Assim, a necessidade de converter as mercadorias em algo que expresse o trabalho social nelas contido, em oposição ao trabalho efetivamente aplicado em cada caso individual, apresenta-se como uma exigência pertencente à lógica interna do sistema, sem a qual não haveria nenhuma maneira de corrigir os desvios ine-

vitáveis inerentes à natureza anárquica da produção mercantil (Marx, 1983, p.92-93). A compreensão dessa lógica interna é a contribuição mais original de Marx à teoria do dinheiro e permite-nos compreender por que a troca de mercadorias deve ser mediada pelo dinheiro, ao contrário da explicação simplista baseada na dificuldade de uma “dupla coincidência de necessidades”, e por que o dinheiro deve ser uma mercadoria.

O trabalho individual é convertido em trabalho social por meio da troca por dinheiro (mercadoria)

A segunda etapa da demonstração teórica consiste em expor a maneira pela qual o processo anteriormente mencionado é realizado na prática. Uma vez que as mercadorias são produzidas por trabalhos particulares e individuais, que não representam diretamente trabalho social, as mesmas não integram diretamente o produto social. Numa economia de mercado, um ato particular de trabalho não é automaticamente equivalente a trabalho social, uma vez que cada ato particular de trabalho resulta da iniciativa de um produtor particular, em vez de ser determinado por um plano social que garantisse, de antemão, ser o produto necessário para a satisfação de uma necessidade social. Assim, se um produtor faz uma avaliação equivocada da situação do mercado, o seu produto pode não ser comprado, o que significa que o mesmo não faz parte do produto social e o trabalho aplicado na sua produção não faz parte do trabalho social e foi, portanto, desperdiçado. Na ausência de um plano social de produção que realize uma distribuição prévia, entre os produtores, do trabalho socialmente necessário, conferindo assim a esse trabalho, previamente, seu caráter social, e dispensando portanto a necessidade de reconhecimento social a posteriori, segue-se que, em uma economia de mercado, o reconhecimento do caráter social do trabalho só pode ocorrer depois de o mesmo ter sido realizado. No entanto, é impossível que a natureza social do produto de um trabalho particular seja reconhecida por uma agência social, antes de ele ser comprado, como é o caso dos cartões de trabalho de Gray, uma vez que, na ausência de um plano social de produção, não há nenhuma base para relacionar cada produto a uma necessidade, pois esta não foi previamente identificada e projetada.

Nessas circunstâncias, o único meio pelo qual um ato particular de trabalho pode ser reconhecido como social é seu produto ser realmente empregado para satisfazer uma necessidade social por meio do consumo, e para que isso ocorra ele deve chegar às mãos do consumidor. Isso, em uma economia de mercado, só pode ocorrer por meio da troca desse produto pelo produto de outro ato de trabalho particular (Marx, 1983, p.80). Mas a troca direta de dois produtos de trabalhos particulares não os transformam em produtos de trabalhos sociais, pois a troca entre dois produtores caracteriza uma divisão do trabalho restrita a esses dois, não a divisão social do trabalho que é a base da economia de mercado. Para que um ato particular de trabalho seja reconhecido como trabalho social, seu produto deve ser passível de troca pelo produto de qualquer outro trabalho, em propor-

ções determinadas, não por apenas um em particular, uma vez que a troca direta pelo produto de outro ato particular de trabalho não o transforma em produto do trabalho social, mas apenas no produto de outro ato particular de trabalho (Marx, 1983, p.80). No entanto, todas as mercadorias são produtos de atos particulares de trabalho; assim, toda troca direta de mercadorias é uma troca de trabalhos particulares e não fornece, portanto, a base para a conversão de trabalhos particulares em trabalho social.

Por outro lado, em uma economia de mercado a troca é o único meio pelo qual o produto de um trabalho particular pode ser convertido em outra coisa. Mas a única coisa na qual pode ser convertido é no produto de outro trabalho particular. Chegamos, assim, a um impasse: enquanto, por um lado, para o reconhecimento social não é suficiente que o produto de um trabalho particular seja trocado diretamente pelo produto do outro trabalho particular, por outro lado, cada produto de um trabalho particular só pode ser trocado pelo produto de outro trabalho igualmente particular.

Uma vez que, ao mesmo tempo, não pode haver plano social de produção, o problema só pode ser resolvido de forma espontânea no âmbito estrito do confronto caótico dos produtores independentes por meio da troca de seus produtos. Em outras palavras, a fim de resolver o problema, o próprio processo das trocas deve gerar um mecanismo compatível com a lógica da troca privada e independente da percepção do processo pelos agentes da troca, mas que, ao mesmo tempo, imponha-se a eles com a força irresistível de uma lei natural (Marx, 2011, p.143-144). O ponto fundamental é que, uma vez que cada mercadoria é o produto de um trabalho particular, mas deve ser expresso como trabalho social, e uma vez que isso não pode ser feito por métodos e agências administrativos, isso resulta que, antes que a mercadoria possa ser convertida no valor de uso no qual seu produtor está interessado, deve a mesma ser convertida em algo que expresse a quantidade de trabalho social que contém. Mas a única coisa em que uma mercadoria pode ser convertida é outra mercadoria.

Nessas condições, o impasse só pode ser resolvido se houver um produto de um trabalho particular que possa entrar em circulação como produto de um trabalho que é diretamente social, para que os produtos dos trabalhos particulares possam ser trocados por ele. Ao fazê-lo, os produtores desses produtos de trabalhos particulares os transformariam em produtos que representam trabalho social e que, por isso mesmo, poderiam ser trocados pelo produto de qualquer outro ato particular de trabalho.¹⁹

No entanto, não existe tal mercadoria, uma vez que todo trabalho é trabalho particular. No entanto, a viabilidade da economia de mercado depende da solução

19 Segundo Marx, as mercadorias só podem ser trocadas como iguais, ou seja, como produtos do trabalho social.

desse impasse. A solução é gerada espontaneamente – isto é, pela ação conjunta, mas não deliberada, dos agentes da troca – sob a forma do produto de um trabalho particular – uma mercadoria – que é socialmente admitida como representação direta de trabalho social.²⁰ Como consequência, cada produto de um trabalho particular, a fim de ser reconhecido como integrante do trabalho social, deve ser convertido nesse produto de um tipo específico de trabalho particular, que se tornou representação de trabalho social.²¹ Esse produto de um trabalho que é simultaneamente particular e social é a mercadoria-dinheiro, cuja forma acabada no capitalismo é o ouro.²² A característica específica do dinheiro reside no fato de que é aceito por todos em qualquer troca e no fato de que todas as mercadorias devem nele converter-se como seu primeiro ato ao ingressar na circulação; em outras palavras, ele expressa a intercambiabilidade geral das mercadorias. Assim, o que os agentes individuais da troca veem nele não é seu valor de uso particular, mas seu valor de uso social como forma da intercambiabilidade universal de todas as mercadorias.

Chegamos assim à base mais elementar e essencial do problema do dinheiro, que pode ser ilustrada novamente pela economia hipotética na qual a subsistência individual depende de uma série de produtos que necessitam dez horas de trabalho social para sua produção. Mas agora introduzimos a mediação das trocas pelo dinheiro. Como este também é uma mercadoria, sua produção deve garantir a subsistência normal do seu produtor. Isso significa que a produção de ouro resultante, em média, de dez horas de trabalho, deve ser trocada pelos meios de subsistência necessários ao seu produtor, que também custam dez horas de trabalho social. Isso estabelece os valores de troca ou preços dos meios de subsistência. Consequentemente, o produto diário de dez horas de trabalho na produção de qualquer mercadoria deve ser convertido na produção diária da mercadoria dinheiro – o ouro – que é o produto de um trabalho específico que se tornou a representação de

20 “[...] na medida em que esse trabalho concreto, a alfaiataria [isto é, o trabalho que produz o equivalente geral], funciona como mera expressão de trabalho humano indiferenciado, [...] embora sendo trabalho privado, como todos os outros, [isto é,] trabalho que produz mercadorias, é ainda assim trabalho em forma diretamente social” (Marx, 1981, p.39; 1983, p.61).

21 “Eles somente podem referir suas mercadorias, umas às outras, como valores, e por isso apenas como mercadorias, ao referi-las, antiteticamente, a outra *mercadoria* como equivalente geral. [...] Mas só a ação social pode converter uma *determinada mercadoria* em equivalente geral. A ação social de todas as outras mercadorias, portanto, exclui *determinada mercadoria*, para nela representar universalmente seus valores. Desse modo, a *forma natural dessa mercadoria* vem a ser a forma equivalente socialmente válida. Ser equivalente geral passa, por meio do processo social, a ser a função especificamente social da *mercadoria* excluída. Assim ela torna-se – *dinheiro*” (Marx, 1981, p.64-65; 1983, p.80-81, grifos nossos).

22 Isso não implica que o ouro tenha que funcionar pessoalmente como meio de circulação. A natureza do dinheiro como a representação necessária do trabalho social é discutida em abstrato, ou seja, abstraindo-se suas diversas funções, nas quais o dinheiro, após constituir-se, pode ser representado por instrumentos de circulação constituídos por diferentes materiais, como o papel-moeda, mas que não têm uma existência independente do dinheiro (Marx, 2011, p.114).

dez horas de trabalho social.²³ Por essa conversão, qualquer produtor é capaz de garantir sua subsistência normal, uma vez que essa mesma quantidade de ouro assegura, por meio da troca, a subsistência normal do produtor de ouro.²⁴ Assim, quando uma mercadoria é trocada por uma quantidade definida da mercadoria-dinheiro, e esta última é, por sua vez, trocada por uma quantidade definida de outra mercadoria, como ocorre em M-D-M, isso significa que ambas foram equiparadas a uma mesma quantidade de uma terceira (a mercadoria-dinheiro) e foram, portanto, convertidas em expressões da mesma quantidade de trabalho social, que é aquela contida na quantidade da mercadoria-dinheiro da qual se tornaram equivalentes (Marx, 2011, p.91-93). Em outras palavras, a troca baseou-se na igualação dos tempos de trabalho social contidos nas duas mercadorias. Supondo, para fins de ilustração, que a produção diária de ouro é de 20 gramas por trabalhador, cada produtor de qualquer mercadoria terá de obter, pela sua produção diária individual, um preço correspondente a 20 gramas de ouro, que ele necessita para a sua subsistência. Ao fazê-lo, e sem a necessidade de saber o que está acontecendo, ele estará realizando a equivalência do seu trabalho particular ao trabalho social representado pela produção diária de ouro. Assim, a produção da mercadoria-dinheiro está no centro do mecanismo social oculto que, numa economia de mercado, promove – caoticamente, é verdade – a distribuição do trabalho e de seus produtos, de tal modo que a reprodução de seus membros individuais e, consequentemente, da sociedade como um todo, possa ocorrer. Por meio da conversão do produto do trabalho de cada produtor em ouro, o produtor de qualquer mercadoria a converte, não só qualitativamente – isto é, como representação do trabalho social –, mas também quantitativamente – isto é, na quantidade de ouro de que necessita para sua reprodução material diária. O fato de que somente uma mercadoria possa realizar essa função em uma economia de mercado – isto é, em uma economia não planejada – é a razão pela qual o dinheiro necessita ser uma mercadoria. Desse modo, todo o segredo do dinheiro está resolvido.

Não é necessário nem possível contar os minutos ou as horas de trabalho realmente executados, a fim de que a igualação dos tempos de trabalho se verifique, ou que os produtores de mercadorias tenham consciência de ser essa a base

23 “Por conseguinte, um valor de troca que é o produto, digamos, de uma jornada diária, se expressa em um *quantum* de ouro ou de prata que = uma jornada diária de tempo de trabalho; que é o produto de uma jornada diária de trabalho” (Marx, 1976a, p.119; 2011, p.136).

24 Note-se que a quantidade de ouro produzida, em média, em um dia, é irrelevante, uma vez que o valor de uso do ouro não advém das suas propriedades físico-químicas, ou seja, da sua quantidade, mas da sua função de equivalente de valor. Assim, qualquer que seja o volume de ouro produzido, em média, em uma jornada diária de 10 horas, ele será expressão de 10 horas de trabalho social, tempo efetivamente gasto na sua produção. Desse modo, qualquer que seja a quantidade média de ouro produzida em um dia, em uma economia, é a mesma trocada pelo conjunto de bens que o produtor deve consumir, também produzidos em 10 horas de trabalho, uma vez que ambas as mercadorias representam o mesmo tempo de trabalho social. O único efeito de uma variação da quantidade de ouro produzida é a alteração dos valores de troca ou preços das mercadorias comuns expressos na mercadoria equivalente.

da troca, embora seja a sua própria ação que corrija eventuais desvios. A correção é realizada por meio da reação de cada produtor às oscilações na sua capacidade de reproduzir a si próprio como produtor, com base na troca do seu produto. Se esta se revelar insuficiente para a reprodução normal, os produtores interpretam isso como resultado de “preço muito baixo” da sua mercadoria, ignorando o fato de que isso resulta de um dispêndio de mais do que o tempo de trabalho social médio por unidade, ou de excesso de produtores no respectivo ramo de produção. Em sua tentativa de aumentar a produtividade ou migrar para outro ramo de produção, os produtores corrigem, embora sem terem disso consciência, o desajuste entre o seu trabalho particular e o tempo de trabalho social (Rubin, 1928, p.103).

É possível, com base na teoria do valor, que algo que não seja mercadoria, como o papel-moeda, possa exercer a função de equivalente de valor? Pelas razões já apresentadas, ele teria que representar uma quantidade definida de trabalho social, no qual as mercadorias comuns devem converter-se para que possam ser trocadas. Como, porém, o papel-moeda não ingressa na circulação como portador do seu custo em trabalho, isto é, do seu valor, segue-se que não funciona como mercadoria-dinheiro, não possui valor próprio, o que seria necessário para que pudesse servir como medida de valor. Esse é um problema comum a todas as interpretações da teoria do dinheiro de Marx, que admitem a compatibilidade do “dinheiro de papel” com ela e, até o presente momento, nenhum dos proponentes de tais interpretações ofereceu uma solução consistente para o mesmo.

Conclusões

Mostrou-se, com base em evidência textual consistente, que Marx manteve explicitamente o conceito de dinheiro como uma mercadoria na análise do capitalismo no estágio mais avançado do seu desenvolvimento. A análise aqui apresentada fornece a explicação de por que isso é assim. A razão é que o dinheiro deriva especificamente da natureza mercantil da economia (ou seja, da natureza da esfera de circulação) e não da sua natureza capitalista (ou seja, da natureza da constituição interna das unidades de produção), que, portanto, não afeta a natureza do dinheiro. Qualquer que seja a natureza deste último, o que é determinante é o fato de que, apesar de serem os agentes da troca juridicamente independentes um do outro, eles dependem um do outro para sua reprodução material. Portanto, os trabalhos que realizam são trabalhos particulares que têm que ser convertidos em trabalho social, e a ausência de um plano social de produção capaz de articular conscientemente sua interdependência material exige que o trabalho específico aplicado à produção de determinada mercadoria produzida por um deles seja convertido em representação do trabalho social, sob a forma de seu próprio produto. O fato de que o produto de cada unidade é dividido entre capitalistas e trabalhadores, e que a parte que pertence aos capitalistas é, por sua vez, dividida entre eles de acordo com uma taxa uniforme – a taxa média de lucro –, não afeta a causa que origina o dinheiro e requer que ele seja uma mercadoria.

Este artigo chegou às seguintes conclusões significativas no que se refere à teoria do dinheiro de Marx:

- 1) A exigência de que a troca deve basear-se na igualação dos tempos de trabalho sociais, como condição indispensável à existência de uma economia de mercado, é teoricamente consistente.
- 2) A análise da obra de Marx mostra, sem lugar a dúvida, que ele concebe o dinheiro no capitalismo como uma mercadoria.
- 3) Para que as trocas baseiem-se na igualação dos tempos de trabalho sociais, as mesmas devem necessariamente ser mediadas por uma mercadoria na função de equivalente geral de valor.
- 4) Finalmente, o dinheiro deve ser uma mercadoria como consequência da estrutura lógica da teoria de Marx e por nenhuma outra razão.

Pós-escrito

Neste artigo procurou-se seguir, rigorosamente, o método materialista aplicado à análise dos fenômenos sociais conhecido como materialismo histórico. O princípio fundamental deste consiste em conceber a ação humana como causa do desenvolvimento social, mas como causa não consciente. A ação humana, tal como os fenômenos naturais, é regida por leis – leis sociais – que, à maneira das leis naturais, atuam com férrea necessidade, independentemente de terem os seres humanos consciência delas (Germer, 2009). As leis de movimento do capitalismo, mencionadas por Marx, possuem essa característica. Assim, o dinheiro, como fenômeno social e elemento crucial da estrutura do capitalismo, é examinado neste artigo como fenômeno social submetido a leis desse tipo. Isto é, concebe-se o dinheiro como resultado – não intencional – da ação humana, cuja evolução obedece a leis das quais os seres humanos não têm consciência e, conseqüentemente, não dominam, mas são por elas dominados.²⁵ São as leis da circulação das mercadorias. A lei fundamental, neste caso, é a lei do valor, da qual o dinheiro é o instrumento privilegiado.

O que a presente pesquisa procurou demonstrar é que, como não há plano social de produção, o processo crucial de distribuição do trabalho social e de determinação dos valores das mercadorias só pode ser um processo espontâneo, não intencional, imperceptível aos produtores e que ocorre às suas costas. Como exposto, o dinheiro determina o valor de troca das mercadorias com base na produção e no custo de reprodução médios do produtor da mercadoria-dinheiro,

25 Podendo a teoria do dinheiro de Marx ser considerada expressão do processo social real, o mistério do dinheiro teria sido descoberto e suas leis de movimento, portanto, passaram a ser conhecidas. O mesmo se pode dizer de outras leis descobertas por Marx, como a da mais-valia e as demais. Conhecer essas leis, porém, não significa que estas passem a ser livremente manipuláveis, pois são leis que expressam não uma sociedade baseada em um plano social, mas no caótico confronto de agentes privados independentes. Enquanto este continuar, as suas leis de movimento, embora conhecidas, continuam a presidir a ação humana e a submetê-la ao seu império.

determinado, este último, pelo custo de reprodução médio, em trabalho, de todo produtor. Assim, os valores de troca estabelecem-se espontaneamente no intercâmbio. Estabelecem-se à medida que o produtor da mercadoria-dinheiro trata de prover, como todos os demais, por meio da troca da sua mercadoria, a sua sobrevivência diária com base na sua produção diária. Esse custo básico irradia-se a toda a economia por intermédio das trocas, assegurando – também espontaneamente – as condições de reprodução de toda a sociedade. Assim, o dinheiro situa-se no centro do mecanismo espontâneo de distribuição do trabalho e dos produtos do trabalho na economia mercantil.

Mostrou-se que o dinheiro só pode desempenhar tais funções sendo mercadoria, pois esta, sendo portadora de uma quantidade determinada de trabalho social, que os agentes da troca não têm necessidade – nem possibilidade – de conhecer, pode funcionar como reguladora dos demais produtos do trabalho social, assegurando a reprodução de cada indivíduo e de toda a sociedade mercantil, com todas as contradições próprias da mesma. As supostas formas não mercadoria do dinheiro não são dinheiro por não possuírem valor, e o caráter de ação oculta do dinheiro real²⁶ reflete-se no fato de que as teorias não marxistas não conseguem definir o “valor” do “dinheiro de papel”, exceto como inverso dos preços, o que é uma tautologia. Enquanto isso o dinheiro real, oculto atrás dos processos de mercado, domina as marionetes humanas, incapazes de dominá-lo, não por ignorância, mas pela ausência de um plano social de produção e distribuição. Essa é a inconsistência fundamental comum a todas as interpretações da teoria do dinheiro de Marx que admitem a compatibilidade desta com uma forma de dinheiro desprovida de valor, e reflete precisamente a incompatibilidade dessas interpretações com a teoria marxista.

Referências bibliográficas

- DE BRUNHOFF, S. *La monnaie chez Marx*. Paris: Éditions Sociales, 1976.
- ELSON, D. The value theory of labour. In: *Value: The Representation of Labour in Capitalism*. London: CSE Books, 1979.
- FOLEY, D. *Understanding Capital: Marx's Economic Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- GERMER, C. M. Credit money and the functions of money in capitalism. *International Journal of Political Economy*, New York, 27(1), 1997, p.43-72.
- . Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. *Crítica Marxista*, Campinas, Unicamp, IFCH, n.29, 2009, p.75-95.

26 O próprio dinheiro real – o ouro – está oculto, mas persiste, impávido e soberano, nos cofres dos bancos centrais e dos organismos monetários internacionais, expressão evidente da “barreira metálica, limite fantástico da riqueza, da qual o sistema de crédito, pela sua própria natureza, nunca pode se desprender”, como citado anteriormente. A omissão desse fato é um dos silêncios mais ensurdecedores das teorias monetárias dominantes e das interpretações dos autores marxistas partidários de formas não mercadoria do dinheiro.

- LAPAVITSAS, C. The theory of credit money: a structural analysis. *Science and Society*, New York, 55(3), 1991, p.291-322.
- LIPIETZ, A. *Le monde enchanté: de la valeur à l'envol inflationniste*. Paris: La Découverte/Maspero, 1983.
- MARX, K. *Randglossen zu Adolph Wagners „Lehrbuch der politischen Ökonomie“*. [1881]. Disponível em: < <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/01/wagner.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- _____. *A Contribution to the Critique of Political Economy* [1859]. New York: International Publishers, 1970.
- _____. Para a crítica da economia política. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. *Ökonomische Manuskripte 1857/58. Text – Teil 1*. (Grundrisse I). Karl Marx Friedrich Engels Gesamtausgabe (MEGA), v.1/1.1. Berlin: Dietz Verlag, (1976a).
- _____. *Das Kapital: Kritik der politischen ökonomie, Band II*. 3. Auflage. Frankfurt/M: Ullstein Buch, 1976b.
- _____. Zur Kritik der Politischen Ökonomie. Urtext. In: *Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858/61*. Marx–Engels Gesamtausgabe, v.2/2. Berlin: Dietz Verlag, 1980a.
- _____. *Das Kapital: Kritik der politischen ökonomie, Band III*. Frankfurt/M: Ullstein Materialien, 1980b.
- _____. *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie, Band I*. Frankfurt/M: Ullstein Materialien, 1981.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v.1/1, 1983 [1867].
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v.2, 1984a.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v.3/1, 1984b.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, v.3/2, 1985.
- _____. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas sobre El capital*. 2.ed. Barcelona: Editorial Laia, 1974.
- _____. *Die Deutsche Ideologie*. [1845-46]. Berlin: Dietz Verlag, 1978.
- REUTEN, G. The money expression of value and the credit system: a valueform theoretic outline. *Capital & Class*, Limerick, Ireland, n.35, 1988, p.121-141.
- REUTEN, G.; WILLIAMS, M. *Value Form and the State*. London/New York: Routledge, 1989.
- RUBIN, I. I. *Essays on Marx's Theory of Value* [1928]. Montreal: Black Rose Books, 1973.
- SAAD-FILHO, A. Concrete and abstract labour in Marx's theory of value. *Review of Political Economy*, 9(4), 1997, p.457-477.

Marx e a teoria do dinheiro como mercadoria: fundamentos lógicos

CLAUS GERMER

Resumo: A natureza material do dinheiro – se mercadoria ou não – é objeto de viva polêmica no campo da teoria marxista. Um número significativo de autores marxistas contemporâneos considera – contra as evidências e sem tê-lo demonstrado – que a teoria de Marx é compatível com formas do dinheiro que não sejam mercadorias. Este artigo procura demonstrar que, na teoria de Marx, sem lugar a qualquer dúvida, o dinheiro deve ser uma mercadoria como consequência da estrutura lógica do capitalismo e da teoria, e não por uma convenção válida na sua época, como alguns autores argumentam. Para isso o artigo divide-se em duas partes. Na primeira, apresentam-se as evidências textuais que apontam inequivocamente para o caráter de mercadoria do dinheiro. Na segunda, expõe-se detalhadamente o arcabouço teórico elaborado por Marx, a fim de demonstrar que, do ponto de vista da lógica interna da sua teoria, e não por outras razões, o dinheiro deve ser necessariamente uma mercadoria.

Palavras-chave: teoria marxista do dinheiro, Marx e o dinheiro-mercadoria, fundamentos teóricos do dinheiro-mercadoria.

Abstract: The material nature of money – if commodity or not – is highly controversial in the realms of Marxist theory. A significant number of contemporary Marxist authors believes – against all evidence and without demonstration – that Marx’s theory is compatible with forms of money that are not commodities. This article seeks to demonstrate that, in Marx’s theory, without any doubt, money should be a commodity as a result of the logical structure of capitalism and of the theory, and not for a convention of his time, as some authors argue. This article is divided into two parts. In the first part the textual evidence pointing unambiguously to the commodity character of money is presented. The second

part contains a detailed exposition of the theoretical framework developed by Marx, in order to demonstrate that, from the point of view of the internal logic of his theory, and not for other reasons, money must necessarily be a commodity.

Keywords: Marxist theory of money, Marx and commodity-money, theoretical foundations of commodity-money.

A “história integral” desde a perspectiva dos subalternos: contribuição para uma teoria marxista da história

FABIO FROSINI

Resumo: A reconstrução diacrônica do conceito de “história integral” nos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci mostra que duas exigências fundamentais da “filosofia da práxis” são articuladas por meio dessa noção: 1) a necessidade de redefinir o materialismo histórico (isto é, uma teoria da história) a partir de uma *perspectiva* particular: a perspectiva das massas populares na sua luta *política* pela emancipação; 2) a necessidade de combater a revitalização da hegemonia burguesa proposta por Benedetto Croce por meio da sua “história ético-política”, que Gramsci lê como uma teoria da “revolução passiva”. Se a história ético-política baseia-se na exclusão do conflito da história, a história integral mostra que essa premissa não é um elemento teórico, mas uma necessidade política. Em outras palavras, a história integral revela não apenas a “falsidade” da posição teórica de Croce, mas ao mesmo tempo a sua capacidade de produzir uma determinada “verdade”, isto é, uma “hegemonia”.

Palavras-chave: história integral, hegemonia/revolução passiva, universalidade/verdade-subalternos.

Abstract: A diachronic reconstruction of the concept of “integral history” in Gramsci’s *Prison Notebooks* shows that two fundamental demands of the “philosophy of praxis” are articulated throughout this notion: 1) the need to re-define historical materialism (that is, a theory of history) from a particular *perspective*: the perspective of the popular masses in their *political* struggle for emancipation; 2) the need to counteract the revitalization of bourgeois hegemony proposed by Benedetto Croce through his “ethic-political history”, that Gramsci reads as a theory of “passive revolution”. If ethic-political history is based on the exclusion of conflict from history, integral history shows that this premise is not a theoretical element but a political need. In other words, the integral history reveals not only the “untruth” of Croce’s theoretical position, but at the same time its ability to produce a particular “truth”, that is to be an “hegemony”.

Keywords: integral history, hegemony/passive revolution, universality/truth-subalterns.